

As construções ditransitivas revisitadas: alternância dativa em Português Europeu?

Ana Maria Brito

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)
Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP)¹
ambarrosbrito@gmail.com

Abstract: The text discusses if it is possible to present a unified analysis of ditransitive constructions in European Portuguese (EP) or if this language has some sort of dative alternation. The text proposes that EP has two base-generated structures with the orders V DO IO and V IO DO and therefore has a certain type of alternation, but not in the sense that English has dative alternation. EP has no Double Object Construction and the two available structures are not based on two different meanings nor on the different nature of the preposition *a*. As Costa (2009) had already proposed, the main reasons are certain phenomena of word order, fronting, ellipsis, binding and scope.

Keywords: indirect object, ditransitive constructions, dative, dative alternation, European Portuguese.

Palavras-chave: objeto indireto, construções ditransitivas, alternância dativa, Português Europeu.

1. Introdução

As construções de Objeto Indireto (OI) ou construções dativas em Português Europeu (PE) foram estudadas por vários linguistas, entre eles Duarte (1987, 2003), Xavier (1989), Gonçalves (1990, 2002 e 2004), Vilela (1995), Silva (1999), Brito (2008, 2009, 2010), Torres Morais (2006) e Torres Morais & Lima-Salles (2010); todos estes autores notaram a diversidade na expressão do OI, o seu carácter não homogéneo, a sua presença obrigatória ou opcional, o facto de que surge com verbos de um ou dois argumentos internos e a possibilidade de ser associado a diferentes papéis temáticos (Meta, Beneficiário, Maleficiário, Recipiente, Origem). Em muitas línguas germânicas há alternância dativa, no sentido em que há uma construção preposicional com a ordem V OD OI e uma construção de duplo objeto (CDO), caracterizada pela existência de dois DPs sem qualquer preposição mas com algumas restrições: só a ordem meta / beneficiário + tema é aceite e a meta / beneficiário tem de representar um animado ou um humano.² Como as línguas românicas têm ou pronomes dativos do tipo *lhe* ou

¹ Como membro do CLUP, esta investigação foi apoiada por FEDER / POCTI U0022/2003. Agradeço os comentários de dois revisores anónimos.

² Primus (1998) mostra que várias línguas germânicas têm alternância dativa, com uma CDO e outra C.Preposicional: (i) Sueco: Hon gav Johan en bok / Hon gav en bok till Johan; (ii) Neerlandês: Zij gaf Johan een boek / Zij gaf een boek aan Johan; (iii) Frísio: Se joech Jan in boek / Se jiech in boek oan Jan (em que todas as frases significam 'Ela deu ao João um livro'). Como o mesmo autor escreve, em Islândês, "this option is generally excluded for the DAT-ACC verbs (...), but possible for certain other ditransitive verbs outside this class (...)": (iv) Hún skilaði Mariu (DAT) dat bókinni (DAT) / Hún skilaði bókinni (DAT) til Mariu ('ela devolveu o livro à Maria'). Em Alemão, uma língua com sistema casual forte, "the alternation between a dative and a prepositional Proto-

preposições especiais para a expressão do OI, é classicamente assumido (entre outros por Kayne 1984) que estas línguas não têm CDO. Por seu lado, a existência de certos paralelismos entre a CDO e as construções aplicativas nas línguas Bantu justificou por parte de alguns linguistas (Baker 1988, Marantz 1993, Pylkkänen 2001) uma análise aproximada dos dois tipos de construção. É nesta direção que os trabalhos de Torres Morais (2006) e Torres Morais & Lima-Salles (2010) acerca do PE se situam: a ideia é a de que em PE o OI se encontra em duas configurações: uma em que o OI é um DP projetado como especificador de um nó aplicativo baixo (uma construção próxima da CDO), outra em que o OI é um sintagma preposicional, projetado como complemento de uma projeção verbal baixa. Esta proposta é baseada em duas razões principais: (i) as duas construções não são sinónimas; (ii) o *a* tem dois valores distintos em PE: marcador de caso (na CDO) e verdadeira preposição (na construção preposicional).

Embora tenha consciência de que uma completa análise desta matéria requer uma investigação acerca de diferentes tipos de dativos, incluindo a discussão acerca do seu carácter argumental ou não argumental, o objetivo do texto é analisar a sintaxe das construções com os chamados verbos ditransitivos do tipo *dar*, *entregar*, *enviar*, etc.³ Argumentarei a favor de duas estruturas basicamente engendradas para as construções ditransitivas em Português Europeu e nesse aspeto vou aproximar-me da proposta de Torres Morais (2006) e Torres Morais & Lima-Salles (2010). Contudo, a análise não é baseada em valores distintos de *a*, nem em razões semânticas, mas em razões relacionadas com ordem de palavras, ligação, escopo, anteposição e elipse, algumas delas já estudadas por Costa (2009). Por conseguinte, porei em causa que o PE tenha alternância dativa no sentido em que o Inglês e outras línguas a têm e tentarei mostrar que não se justifica para esta língua um nó aplicativo.

O texto está organizado da seguinte maneira: em 2., apresento alguns dados acerca do OI em PE; em 3. discuto algumas estruturas que têm sido propostas para construções ditransitivas; em 4., discuto a análise de Torres Morais & Lima-Salles (2010) para o PE; em 5 propõem-se duas estruturas sintáticas para o PE com base em vários argumentos; em 6. analisam-se construções passivas e outras em que se percebe que o OI não interfere com o movimento do OD; em 7. apresentam-se algumas conclusões, a que se seguem as referências bibliográficas.

2. Alguns dados sobre construções ditransitivas em PE

O PE exprime o OI usando a preposição *a* seguida de um DP, em duas ordens de palavras: a ordem não marcada, representada por (1), e uma ordem marcada, representada por (2), com foco sobre o OI:

- (1) A Maria deu um livro ao João.
- (2) A Maria deu ao João um livro.

Com efeito, só a ordem V OD OI mas não a ordem V OI OD é apropriada para uma pergunta como (3) com o foco da interrogativa sobre o OI:⁴

- (3) A quem é que a Maria deu o livro?

Também à pergunta do tipo de (4), a resposta adequada é (1) e não (2) (Costa 2009: 95-6).

- (4) O que aconteceu?

Recipient is less common with the verb *give*, but quite common with the verb *send*. An animate recipient is preferred with the dative, an inanimate recipient is preferred with the preposition *an*, 'to': (v) Sie schickte Maria (DAT) das Buch (ACC); (vi) Sie schickte das Buch (ACC) an diese Adresse ('ela enviou o livro à Maria, a/para essa morada'); (vii) Galês: Rhoddais i afal i'r bachgen yna ddoe. ('eu dei uma maçã ao rapaz ontem') (viii) Irlandês: Tug mé ull don ghasúr sin inné. ('eu dei uma maçã ao rapaz ontem: recipiente marcado com preposição, paciente não marcado).

³ Sobre dativos argumentais e não argumentais em Português Europeu ver, entre outros, Brito (2009) e Miguel, Gonçalves & Duarte, (2011).

⁴ Claro que *ao João* seria a resposta mais natural.

Sendo uma língua de pronomes clíticos, o PE também exprime o OI através de clíticos dativos *me, te, lhe, nos, vos, lhes*, isolados, como em (5), ou redobrados, como em (6) e (7):⁵

- (5) A Maria deu-lhe um livro.
- (6) A Maria deu-lhe um livro a ele.
- (7) A Maria deu-lhe a ele um livro (e não a ela)
- (8) * A Maria deu-lhe um livro ao João.

Como o exemplo (8) ilustra, em PE o redobro do clítico é proibido com um DP e só surge com um pronome pessoal *a ele, a ela*.⁶ Muitos autores que têm estudado o OI em PE e noutras línguas românicas têm notado o estatuto especial deste constituinte, pois ele comporta-se simultaneamente como um DP e como um PP (cf. os testes clássicos de Vergnaud 1974, retomados por Duarte 1987, Gonçalves 1990, Torres Morais 2006, Brito 2008, 2009).⁷ Contudo, mesmo que o OI seja basicamente um DP, o que é certo é que ele é superficialmente um PP; de facto, a presença de *a* é obrigatória em PE, não sendo gramatical a ocorrência de um DP pleno sem preposição em qualquer das ordens de palavras (Gonçalves 1990: 108-111):⁸

- (9)(a) * A rapariga pediu um disco o tio.
- (b) A rapariga pediu um disco ao tio.
- (c) * A rapariga pediu o tio um disco.
- (d) A rapariga pediu ao tio um disco.

Como Gonçalves (1990, 2002, 2004) tem acentuado, *a* é, por um lado, um marcador de caso dativo e, por essa razão, uma preposição em parte deficitária; por outro lado, é também uma marca de humano ou animado, uma vez que tal preposição é igualmente exigida em redobro do clítico acusativo (10a) (Gonçalves 1990: 102):^{9, f0}

- (10)(a) A Dina viu-o a ele (ele=humano).
- (b) A Dina viu um disco voador.
- (c) *A Dina viu-o a ele (ele=não humano).

Como *a* é também usado como expressão locativa, mais especificamente como expressão do limite final de uma trajetória com verbos de movimento e de deslocação, então pode dizer-se que o PE e outras línguas românicas têm duas preposições *a*: *a*, introdutor de OI, e *a*, preposição locativa / movimento (cf. Cunha & Cintra 1984; Gonçalves 1990). Neste segundo caso, a preposição locativa *a* exige como complemento um nome de lugar; ver a agramaticalidade de (11a) e a gramaticalidade de (11b) e (11c):

⁵ O Francês e o Italiano não têm redobro do clítico. O Espanhol tem redobro do clítico com DPs plenos: (i) Le di un regalo a mi madre.

⁶ O redobro do clítico é favorecido quando quantificadores ou numerais co-ocorrem com pronomes:

(i) Encontrámo-las a elas cinco na feira do livro; (ii) Os professores oferecerem-lhes gelados a todos eles no dia da criança (cf. Matos 2003: 832).

⁷ Para o Espanhol, alguns autores argumentaram a favor de que o OI é um DP, outros a favor da hipótese PP. Demonte (1995) propõe uma natureza dupla DP / PP. Masullo (1992) considera que o OI é um DP para efeitos de ligação e um PP para efeitos de predicação.

⁸ O Português de Moçambique tem CDO (Gonçalves 1990); o Português Brasileiro tem também CDO em casos limitados (i) Desejo você um bom dia.

⁹ Verbos de dois argumentos como *obedecer, sobreviver*, e verbos leves como *dar e fazer* podem selecionar um argumento OI não animado: *obedecer ao regulamento, sobreviver ao massacre, dar uma pintura às estantes, fazer uma limpeza à casa* (cf. Duarte 2003: 289/296).

¹⁰ A presença de *a* em redobro do OD e em certos contextos excepcionais como *adorar a Deus, temer a Deus* mostra bem que *a* é marca de humano. Note-se também que em Espanhol a presença de *a* com OD humano é obrigatória: (i) Vi a Juan en la Facultad.

(11)(a) * O José enviou uma carta a Lisboa_{locativo} (só bem formada se *Lisboa* representar o governo ou uma instituição central)

(b) O José enviou uma carta para Lisboa.

(c) O José mandou a empregada a Lisboa / ao mercado.

Outros comportamentos mostram que o OI é superficialmente um PP; o mais importante teste é o facto de o PE, como outras línguas românicas, não ter passivas dativas (12a), o que é uma possibilidade nas línguas com a CDO, como o Inglês (12b) (cf. Kayne 1984¹¹, Baker 1988, Gonçalves 1990):¹²

(12)(a) *A Maria foi dada um livro (pelo João).

(b) Mary was given a book (by John).

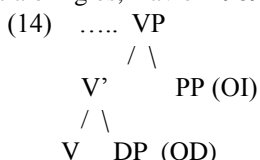
A única passiva possível em PE é (13a), na ordem não marcada, ou (13b), numa ordem marcada:

(13)(a) O presente_{SU} foi dado à Maria_{OI} / um presente foi-lhe dado (pela mãe).

(b) À Maria_{OI} foi dado um presente_{SU} (pela mãe).

3. Que estruturas para as construções ditransitivas?

Os fenómenos relativos à ordem de palavras e à natureza PP do constituinte com a função de OI justificaram, durante largo tempo, a assunção de uma estrutura como a seguinte (cf. entre outros Chomsky 1981, para o Inglês, Xavier 1989: 110, 132, para o Português):



Esta estrutura, contendo um constituinte V' formado pelo V e pelo DP que é OD, tem algumas vantagens: ela dá conta, por exemplo, de certos fenómenos de anteposição e elipse. Em Inglês, entre outras possibilidades ilustradas em (15), é possível mover e elipsar o constituinte V, como é visível em (15d) (Phillips 2003, Costa 2009: 87-88):¹³

(15) (a) John intended to give candy to children on his birthday.

(b) ...and [give candy to children on his birthday] he did.

(c) . . and [give candy to children] he did on his birthday.

(d) . . and [give candy] he did to children on his birthday.

No entanto, a estrutura (14) tem também problemas. Por um lado, dá apenas conta da ordem V OD OI não marcada, ficando por explicar a ordem V OI OD. Num quadro teórico onde apenas são legítimos movimentos de baixo para cima na estrutura, para onde se moveria o OI focalizado numa frase como (2) *A Maria deu ao João um livro?* Outro fenómeno contra a estrutura (14) e a favor de uma estrutura em que o OD deve ocupar, em certas circunstâncias, uma posição superior ao OI é a distribuição de palavras de polaridade negativa em línguas como o Inglês: só (16a) com uma palavra como *nothing* a c-comandar *any* é legítima e o contrário produz uma frase agramatical (Phillips 2003, Costa 2009: 87-88):

(16)(a) John gave nothing to any of the children on his birthday.

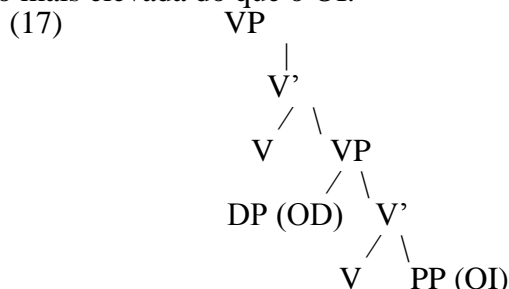
(b) *John gave anything to none of the children on his birthday.

¹¹ Kayne (1984) explica a diferença entre as duas línguas, propondo que a preposição *a* nas línguas românicas é diferente de *to* em Inglês: *to* atribui caso estrutural, relacionado com a posição; *a* atribui caso inerente, portanto este caso não pode ser absorvido pelo V ou pela passiva.

¹² Como Gonçalves (1990) mostrou, o Português de Moçambique, tendo a CDO, tem também passivas dativas.

¹³ Nem todos os falantes do Inglês têm os mesmos juízos de gramaticalidade face a fenómenos de anteposição e elipse envolvendo Vs ditransitivos. Por exemplo Adger (2003: 124-5) afirma que em Inglês não é possível antepor o V e o OD, considerando que a frase seguinte é agramatical: (i) * Benjamin said he would give the cloak to Lee and [give the cloak] he did to Lee. A elipse daria o mesmo resultado: (ii) Who gave the cloak to Lee? * Benjamin (did) to Lee. Quanto à coordenação, embora possamos ter (iii) Benjamin [gave the cloak] and [sent the book] to Lee, isto só será possível, segundo o mesmo autor, “only with a substantial pause after *cloak* as well as odd intonation on the PP *to Lee*”, sugerindo que temos aqui um caso de supressão: (iv) Benjamin [gave the cloak 0] and [sent the book to Lee].

Sendo assim, parece justificar-se uma estrutura do tipo de (17), com o OD numa posição mais elevada do que o OI:

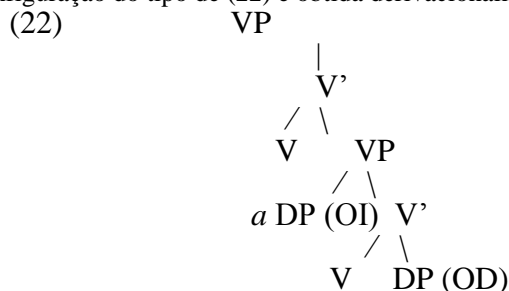


Contudo, há vários fenómenos que mostram que a estrutura (17) não é suficiente e que o OI, em certas circunstâncias, ocupa uma posição superior ao OD. Para já, a própria existência da CDO em muitas línguas; na verdade, se o beneficiário / meta ocupa a posição imediatamente pós-verbal isso obriga à existência de uma estrutura com o OI mais elevado do que o OD, restando depois discutir se as estruturas são derivacionalmente relacionadas ou não. Relativamente ao Inglês, Barss & Lasnik (1986) e Larson (1988) mostraram que a reflexivização e a ligação de pronomes favorecem uma estrutura em que o DP beneficiário / meta c-comanda o DP tema; os factos relevantes são apresentados em (18)-(21), tirados de Larson (1988: 336-8):

- (18)(a) I presented / showed Mary to herself.
 (b) * I presented / showed herself to Mary.
 (19)(a) I showed Mary herself.
 (b) * I showed herself Mary.
 (20)(a) I gave every worker_i his paycheck_i.
 (b) * I gave its_i owner every paycheck_i.
 (21)(a) I gave / sent every check_i to its_i owner.
 (b) ?? I gave / sent his_i paycheck to every worker_i.

Em (18) e (19) *Mary* deve c-comandar a anáfora, explicando a agramaticalidade de (18b) e de (19b); em (20) e (21) um quantificador (*every worker*) deve c-comandar um pronome em Estrutura-S para o ligar, explicando a agramaticalidade de (20b) e de (21b).

É conhecida a solução preconizada por Larson. A CDO e, portanto, a configuração em que o beneficiário / meta c-comanda o DP que é OD, é obtida por uma série de operações, a mais importante das quais é um movimento a partir de uma estrutura contendo um SPREP baixo. Quer dizer, para o autor, uma configuração do tipo de (22) é obtida derivacionalmente a partir de (17):¹⁴



Larson representa um tratamento lexicalista, em que a semântica lexical codifica a estrutura argumental e determina direta ou indiretamente a realização dos argumentos.

¹⁴ De acordo com Larson (1988), o OI preposicional meta é um “objeto interno”, fazendo um constituinte com o V; tal constituinte sobe para uma posição superior, especificador de VP, onde o V, uma vez movido, marcará o DP com caso estrutural. Por isso, para Larson, a construção de duplo objeto deriva da construção preposicional por um processo de promoção. O V absorve o caso (inerente) e *to* desaparece como resultado dessa absorção. Por sua vez, o argumento interno que ocupa a posição primitiva de especificador de VP e que é concebido como um “sujeito interno” destematiza e sofre um processo de “despromoção”, sendo projetado como adjunto a V’.

No caso particular de Larson a alternância dativa, típica do Inglês e de outras línguas germânicas, é explicável derivacionalmente, como acabámos de ver.¹⁵ Mas um tratamento derivacional de uma alternância só é plausível se ambas as construções forem rigorosamente sinónimas. Ora, Oeherle (1975), Jackendoff (1990) e outros autores notaram que a CDO em Inglês significa essencialmente uma mudança de posse, enquanto a construção preposicional tem o significado de transferência de posse.¹⁶ Por outro lado, há um requisito de animacidade na CDO que não existe na construção preposicional, o que explica a agramaticalidade de (23a):

- (23)(a) * The editor sent Philadelphia the article.
 (b) The editor sent the article to Philadelphia.

Inversamente, algumas CDO em Inglês não têm correspondente preposicional, como em (24a), em que *to give* tem um argumento externo inanimado (*the war*) e a frase não significa transferência de posse:

- (24)(a) The war years gave Mailer a book.
 (b) * The war years gave a book to Mailer.

Por todas estas razões e ainda por diferenças teóricas na articulação Léxico-Sintaxe, outras propostas têm sido sugeridas. Uma das mais importantes é a abordagem neo-construcionista, em que a Sintaxe, não o Léxico, determina a estrutura gramatical de um predicado lexical. A abordagem neo-construcionista propõe geralmente duas estruturas sintáticas distintas para a CDO e para a construção preposicional, baseada na ideia de que as duas construções têm significados distintos, como já referido anteriormente: vejam-se as análises de Marantz (1993), Pesetsky (1995), Harley (2002)¹⁷, Anagnostopoulou (2003), Pyllkänen (2001), Cuervo (2003), embora com diferenças importantes nos tratamentos.¹⁸

Para se perceber o alcance de algumas destas abordagens é crucial discutir, mesmo que brevemente, o estatuto do OI. Muitos autores consideram que há OI argumentais e OI não argumentais (Brito 2009 para o Português, Pujalte 2009 para o Espanhol, e.o.); nessas circunstâncias, só certos verbos têm a capacidade de selecionar um verdadeiro OI argumental, os chamados verbos ditransitivos como *dar*, *oferecer*, *prometer*, entre outros; outros verbos como *preparar*, *fazer*, *cozinhar*, podem ser acompanhados de OI mas este não é argumental.

Em muitas abordagens o OI é considerado um argumento extra, aplicado ou incorporado ao V. Levando até às últimas consequências esta conceção, não há verbos

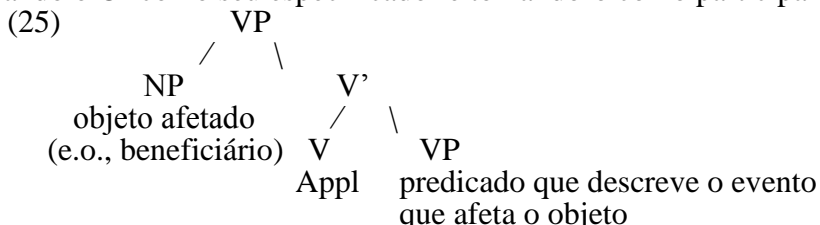
¹⁵ Rappaport & Levin (1998) também representam uma abordagem lexicalista, mas sem movimento; Baker (1988: 292, 300) enquadra-se igualmente num tratamento lexicalista da alternância dativa, mas diferente do de Larson, porque considera que na CDO há uma preposição nula, relacionando a CDO com as construções aplicativas nas línguas Bantu. Enquanto nas línguas Bantu há incorporação de um morfema especial, aplicativo, e em parte semelhante a preposições, em Inglês seria uma preposição nula a incorporar no verbo, permitindo a dupla atribuição de caso acusativo aos dois DP (ver também Xavier 1989, Gonçalves 1990, 2002, 2004, Brito 2008, 2009).

¹⁶ Diaconescu & Rivero (2005) defendem a mesma ideia para o Romeno.

¹⁷ Marantz (1993), Pyllkänen (2001) e Cuervo (2003) usam o nó aplicativo. Pesetsky (1995) e Harley (2002) propõem o engendramento básico de duas estruturas diferentes sem nó aplicativo, baseado em diferenças de significado. Pesetsky propõe que na construção preposicional o tema é o especificador da relação predicativa com o beneficiário / meta; na CDO o beneficiário / meta é o especificador de uma relação predicativa com uma preposição nula que simboliza como *G*. Harley, no quadro da Morfologia Distribuída, desenvolveu este tipo de abordagem: na construção preposicional, vP tem como núcleo um v CAUSA, que seleciona um PP com o DP OD como especificador e tendo como núcleo a preposição *to*; na CDO o beneficiário / meta é o especificador duma projeção PP, com núcleo nulo significando *ter* e com o Tema como complemento. Para o Crioulo de Cabo Verde, que tem alternância dativa, Fiéis & Pratas (2006) adotam também a ideia de duas estruturas ditransitivas, numa análise muito próxima da de Pesetsky (1995).

¹⁸ Há ainda tratamentos híbridos como o proposto por Ormazabal & Romero (2010), em que uma análise baseada na estrutura de evento de Ramchand (2008) é combinada com uma análise derivacional.

ditransitivos¹⁹. Partindo de Baker (1988) mas desenvolvendo a ideia de que os OI não são argumentos internos do V, Marantz (1993: 116) começa por chamar explicitamente à CDO em Inglês uma construção aplicativa, o que significa que o dativo é um argumento incorporado ou aplicado a um predicado verbal. O autor propõe então uma estrutura em que o nó aplicativo é o verbo leve, que toma um evento como argumento, legitimando o OI como seu especificador e tomando-o como participante no evento:²⁰



Desenvolvendo a reflexão de Marantz, Pykkänen (2002: 19) propôs que tanto o Inglês como as línguas Bantu têm construções aplicativas, mas em Bantu o nó aplicativo é alto (acima de vP), permitindo que quer Vs transitivos quer Vs ergativos surjam com um argumento beneficiário ou malefeciário, enquanto em Inglês o nó aplicativo é baixo (abaixo de vP), explicando que para um argumento beneficiário / meta surgir na CDO é preciso que tenha uma relação semântica com o V.²¹

À primeira vista, este tipo de análise seria de rejeitar para as línguas românicas porque nenhuma destas línguas tem a CDO, tendo ou uma preposição especial para exprimir o OI ou pronomes pessoais dativos. Contudo, alguns autores têm proposto para as línguas românicas a existência de alternância dativa, em que uma das construções é próxima da CDO e outra é uma construção preposicional. É o caso de Demonte (1995) e Cuervo (2003, 2010) para o Espanhol, Torres Morais (2006) e Torres Morais & Lima-Salles (2010) para o PE e Diaconescu & Rivero (2005) para o Romeno.

4. Alternância dativa em PE por razões semânticas e pela distinta natureza de *a*?

Torres Morais (2006) e Torres Morais & Lima Salles (2010) propuseram que o PE tem alternância dativa, porque tem uma construção semelhante à CDO, em que o argumento dativo é projetado numa posição de especificador de um nó aplicativo baixo e outra configuração em que existe um sintagma preposicional e em que *a* é uma verdadeira preposição, similar a *para*. Os exemplos escolhidos são os seguintes:

(26) O João enviou uma carta à Maria / O João enviou-lhe uma carta.

(27) O João enviou uma carta à Maria / para a Maria / Lisboa / o Banco de Portugal.

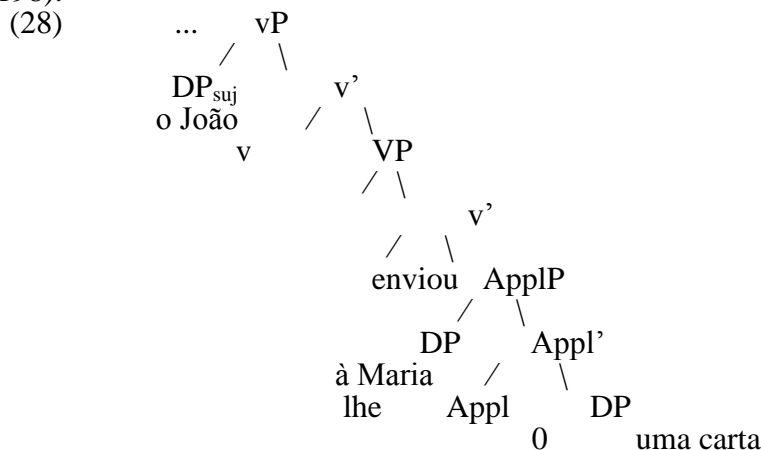
Em (26) há um DP projetado na posição de especificador do nó aplicativo; o DP tem caso inerente, sendo o *a* um marcador de caso dativo; como aplicativo baixo, o significado expresso é o de posse, correspondente a uma interpretação de beneficiário; tal nó aplicativo legitima o argumento dativo e relaciona-o com o tema. O tratamento é semelhante com *lhe*, com movimentos subsequentes relacionados com a sua condição

¹⁹ Cuervo (2003, 2010) considera que não há verbos ditransitivos e que a noção de “ditransitivo” é um epifenómeno.

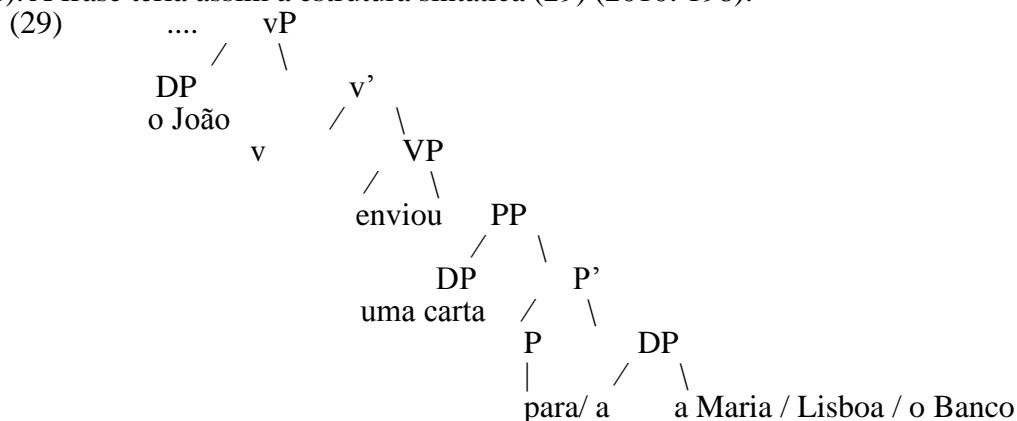
²⁰ Os argumentos principais a favor da abordagem de Marantz, renunciando já a Morfologia Distribuída, são os seguintes: (a) a CDO é sensível à natureza morfológica do verbo: a CDO nunca acontece com raízes latinas, como em (i) ou com prefixos verbais opacos, como em (ii): (i) Mary gave Oxfam some canned food / * Mary donated Oxfam some canned food; (ii) Bill sent Sue his regards / * Bill conveyed Sue his regards. A construção preposicional não obedece a estas restrições, mostrando que o nó aplicativo está ausente. (b) a nominalização deverbal só pode ser derivada da construção preposicional, não da CDO: (iii) Sue’s gift of a book to Mary / * Sue’s gift of Mary (of) a book. Ver também Anagnostopoulou, A. (2003: 148-151).

²¹ Para as línguas românicas, Pykkänen também propõe um nó aplicativo baixo, capaz de atribuir caso inerente ao seu especificador, o OI meta / beneficiário / recipiente / possuidor, além de ter o OD como complemento. Como o DP se move para o especificador de vP como consequência da verificação de caso, as construções ditransitivas nas línguas românicas têm sempre a ordem V OD OI.

de clítico. A estrutura (28) descreve assim a frase (26) (Torres Morais & Lima Salles 2010: 198):



A construção descrita difere da construção preposicional, ilustrada em (27), em que a preposição verdadeira *a* poderia ser substituída por outra preposição verdadeira *para*, como meio de exprimir a meta final do evento de ‘enviar uma carta’. Em (27) a relação possessiva pode ser construída, mas é subordinada à noção de meta ou de transferência; um clítico é impossível aqui porque “directional locatives are never realized as clitics” (p. 198). A frase teria assim a estrutura sintática (29) (2010: 198):



de Portugal

As questões principais levantadas por este tratamento são as seguintes: haverá razões semânticas para distinguir as duas estruturas? Haverá duas preposições *a* como expressão do objeto indireto? Haverá justificação para o nó aplicativo neste tipo de construção?

Importa, em primeiro lugar, perceber se todas as variantes com *enviar* são sinónimas. Uma maneira de verificar a sinonímia é perceber se o resultado pode ou não ser cancelado em todas as variantes com *enviar*. Olhemos então para todas as variantes com *enviar* (30)-(34):²²

²² É importante perceber se o significado resultativo / télico é inerente aos verbos ditos ditransitivos ou se há apenas uma implicação de resultado envolvendo fatores pragmáticos. Ormazabal & Romero (2010: 208-9) mostram que os verbos da família de *give*, isto é, *give, hand, lend, loan*, “entail successful transfer in either variant”:

“(i)(a) # His aunt gave / lent / loaned my brother some money for a new car, but he never got it.

(b) # His aunt gave / lent / loaned some money to my young brother, but he never got it.”

Outros verbos como *owe, offer, promise*, “fail to entail it in both the dative construction and the PP- construction”:

“(ii)(a) Max offered help to the victims, but they refused his offer.

(b) Max offered the victims help, but they refused his offer.”

- (30) O José enviou uma carta à Maria (mas ela não a recebeu).
(31) O José enviou à Maria uma carta (mas ela não a recebeu).
(32) O José enviou-lhe uma carta (mas ela não a recebeu).
(33) O José enviou-lhe uma carta a ela (mas ela não a recebeu).
(34) O José enviou-lhe a ela uma carta (mas ela não a recebeu).

Vemos que em todas as frases (30) – (34) o significado de ‘atingir uma meta’ pode ser (pragmaticamente) cancelado em todas as versões, relacionadas não só com a ordem de palavras mas também com a presença de *a* ou de clíticos. Quer dizer, a expressão *à Maria* ou o clítico *lhe* são semelhantes na expressão da meta / beneficiário; e a preposição *a* parece, em todas as variantes, ser a mesma expressão de caso dativo, a mesma preposição deficitária (Gonçalves 2004). Além disso *a*, como expressão de caso dativo, é diferente de *para*, uma verdadeira preposição, não sendo sinónimas.²³ As duas preposições podem mesmo coexistir em Português, como acontece com o V *comprar* (35):

- (35) O José comprou um vestido à vendedora para o bebé.

Portanto, a proposta de duas estruturas sintáticas para as construções ditransitivas com base na não existência de sinonímia entre elas e no diferente estatuto da preposição *a* em Português parece injustificada. Por outro lado, aceitando a noção tradicional de verbo ditransitivo e a ideia de que certos OI são argumentais, como acontece com verbos como *dar*, *enviar*, então a categoria funcional SAplicativo como categoria baixa verbal parece também dispensável.²⁴ Se as construções ditransitivas do tipo das que estamos a analisar são sinónimas, nada impediria uma abordagem derivacional que justificasse as duas ordens de palavras V OD OI e V OI OD. Na realidade, havendo focalização do OI na ordem V OI OD (como em 31) é exatamente o que deve ser proposto. Em (31) o OI está numa posição imediatamente pós-verbal e tal parece ser o efeito de “scrambling” do OI sobre o OD, tal como proposto por Demonte (1995) para o Espanhol e como já foi sugerido anteriormente, porque, neste caso, as razões são de focalização de um constituinte.²⁵ Contudo, nem todas as construções com a ordem V OI OD são explicáveis por razões de focalização do OI, como vamos ver a seguir. Por essa razão, no próximo parágrafo, analisaremos algumas construções com a ordem V OI OD que dificilmente se podem explicar por movimento; além disso, vamos analisar fenómenos de anteposição, elipse, ligação e escopo que justificam duas ordens básicas e duas estruturas.

5. Duas estruturas basicamente engendradas para o PE?

Duarte (2003) mostrou que quando o OD é uma oração, um constituinte estruturalmente pesado, a ordem é tipicamente V OI OD, como em (36a):

- (36)(a) A Maria disse ao João que vai sair.
(b) ?? A Maria disse que vai sair ao João.

Quer dizer, com certos predicados, há uma implicatura de resultado, que envolve fatores pragmáticos; com outros verbos, o resultado, a telicidade, é inerente ao próprio verbo. Seria importante um estudo desta natureza em Português, mas limitações de espaço não me permitem realizar esse tipo de análise.

²³ É certo que em PB a preposição *para* é a preposição dominante para a expressão de meta / beneficiário; tal parece dever-se a uma perda progressiva do dativo (ver Brito 2008, Torres Morais & Lima-Salles 2010).

²⁴ Miguel, Gonçalves & Duarte (2011), analisando dativos não argumentais beneficiários como os introduzidos pelo verbo *preparar* e os dativos possessivos, defendem que são ambos projetados como um tema DP como argumento interno do verbo, são interpretados como *Possessive DP* e exibem uma estrutura predicativa. De acordo com os mesmos autores, a interpretação possessiva é obtida por “merge” ao DP-Tema, não sendo necessário nenhum núcleo aplicativo.

²⁵ Uma alternativa a “scrambling” poderia ser, desenvolvendo Belletti (2002), a ideia de que o vP tem uma periferia esquerda em que há lugar para categorias funcionais discursivas, como TopP, FocP; não desenvolveremos aqui esta análise.

Será o OI em (36a) deslocado por *scrambling* ou gerado numa posição básica acima da oração completiva? Os chamados efeitos de “peso” têm suscitado discussão (ver numa perspectiva de interface Fonologia-Sintaxe, Frota e Vigário 2001 para o Português).

Veja-se que a resposta adequada a uma interrogativa Q com foco sobre o OI e um OD pesado como (36c) é (36a) e não (36b), apesar de o constituinte OI não estar na posição mais baixa e encaixada como se esperaria de um constituinte em foco:

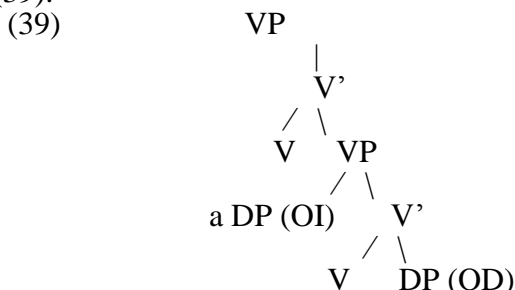
(c) A quem disse a Maria que vai sair?

Este facto permite pensar que a ordem exibida em (36a) é básica e não derivada. Este efeito de “peso” pode também ser notado em expressões idiomáticas e provérbios, em que as duas ordens são possíveis: veja-se (37), com a ordem V OD OI, em que o OI é uma relativa livre, e (38), com a ordem V OI OD, em que o OD é também uma relativa livre:²⁶

(37) Dá honra a quem não a tem.

(38) Dar a Deus o que o Diabo não quis.

Se, como pensamos, a ordem V OI OD pode ser uma ordem básica em Português, justifica-se uma estrutura em que um VP baixo tem o OI como especificador e o OD como complemento, a estrutura (22), já anteriormente apresentada e que aqui se retoma como (39):



Já tínhamos visto relativamente ao Inglês que outro argumento a favor de (39), em que o V forma um constituinte com o OD, é constituído por certos fenómenos de anteposição e elipse; ora o mesmo se passa em Português, tal como é visível em (40b) (Costa 2009):

(40)(a) O Pedro queria dar os livros ao Rui ontem.

(b) - e [dar os livros] ele deu ao Rui ontem.

(c) - e [dar os livros ao Rui] ele deu ontem.

Em certas línguas, fenómenos de ligação têm sido usados para mostrar que, pelo menos a nível superficial, um determinado constituinte ocupa uma posição alta de modo a c-comandar a anáfora ou um pronome ligado (cf. Giorgi & Longobardi 1991 para o

²⁶ Outros provérbios retirados de Machado (1996: 161-165) e Parente (2005: 184), todos com o verbo *dar*:

(i) V OD OI:

Dá Deus as nozes a quem não tem dentes.

Dá Deus toucinho a quem não tem espeto.

Dá honra a quem não a tem.

Dá Nosso Senhor campos a quem não aproveita os toucinhos.

Dá ofício ao vilão, conhecê-lo-ão.

Dar o seu a seu dono.

Dar pão a quem não tem pão é esmola de carvão.

(ii) V OI OD

Dar a teu filho bom nome e bom ofício.

Dá ao gato o que o rato tem de levar / dar ao gato o que há levar o rato.

Dai a cada um o que é seu.

Dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César.

Dar a Deus o que o Diabo não quis.

Italiano, Demonte 1995 para o Espanhol, Costa 2009 e Brito 2010 para o Português Europeu). Olhemos em primeiro lugar para alguns exemplos contendo anáforas:

- (41)(a) ? O tratamento psicoanalítico devolveu [a estima de si mesma] à Maria.
(b) O tratamento psicoanalítico devolveu à Maria [a estima de si mesma].

As duas frases parecem possíveis, tal como foi proposto para outras línguas românicas (ver Giorgi & Longobardi 1992: 42 para o Italiano) mas a frase com a expressão reflexa numa posição baixa (41b) é mais aceitável do que a frase em que a expressão reflexa é mais alta do que o antecedente (41a). Com redobro do clítico os dados são semelhantes:

- (42)(a)? O tratamento psicoanalítico devolveu-lhe [a estima de si mesma] a ela.
(b) O tratamento psicoanalítico devolveu-lhe a ela [a estima de si mesma].²⁷

A ligação de pronomes favorece igualmente a ideia de que o antecedente deve ocupar uma posição mais alta do que o constituinte que contém o possessivo (o pronome ligado), independentemente de ser o OD ou o OI (ver em particular 43b e 43d):^{28, 29}

- (43)(a) ? A professora entregou [o (seu)_i desenho] a cada criança_i.
(b) A professora entregou [cada desenho_i] ao (seu)_i autor.
(c) ? A professora entregou ao (seu)_i autor [cada desenho_i].
(d) A professora entregou a cada criança_i [o (seu)_i desenho].

Todos estes fenómenos sugerem uma estrutura em que o argumento mais alto é basicamente engendrado; esta proposta é reforçada por outros exemplos em que a ligação e o escopo de quantificadores estão envolvidos (cf. de novo Costa 2009):³⁰

- (44)(a) * Apresentei a Maria_i à filha da Maria_i.
(b) Apresentei à filha da Maria_i a Maria_i.
(c) Apresentei uma mulher a todos os homens
(interpretação preferencial $\exists > \forall$)
(d) Apresentei a todos os homens uma mulher.
(interpretação preferencial $\forall > \exists$)

Costa defende, por isso, que estes fenómenos mostram que o antecedente é o argumento mais elevado, independentemente de ser o OD ou o OI (*loc. cit.*, pp. 95-96). Conclui-se, assim, que o PE tem duas estruturas basicamente engendradas.

As representações (17) e (22), esta última renumerada como (39) acima, são muito simplificadas e não incluem algumas das mais recentes propostas sobre a estrutura interna de VP. Costa (2009), que também defende duas estruturas sintáticas distintas para os verbos ditransitivos, adota o quadro de Phillips (2003), de acordo com o qual há um processo incremental de construção da estrutura, da esquerda para a direita mas preservando a relação de c-comando.

Se quisermos propor um modelo construído “bottom-up”, temos de encontrar alternativas ao modelo de Phillips, mantendo a ideia de que um mesmo predicado lexical pode projetar a estrutura de duas maneiras distintas. No quadro teórico de Alexiadou *et al.* (2011) na geração de uma frase uma raiz (verbal) é dominada por

²⁷ Um avaliador sugeriu que, se em exemplos como (41a) e (42a) estivesse, de facto, envolvida uma violação do Princípio A da Teoria da Ligação, os exemplos deveriam ser agramaticais e não meramente menos aceitáveis do que (41b) e (42b). Como o próprio avaliador nota, *si mesmo* é uma anáfora de longa distância e, por essa razão, estes dados talvez devam ser vistos numa perspetiva de anáfora a longa distância e não numa perspetiva de anáfora estritamente local.

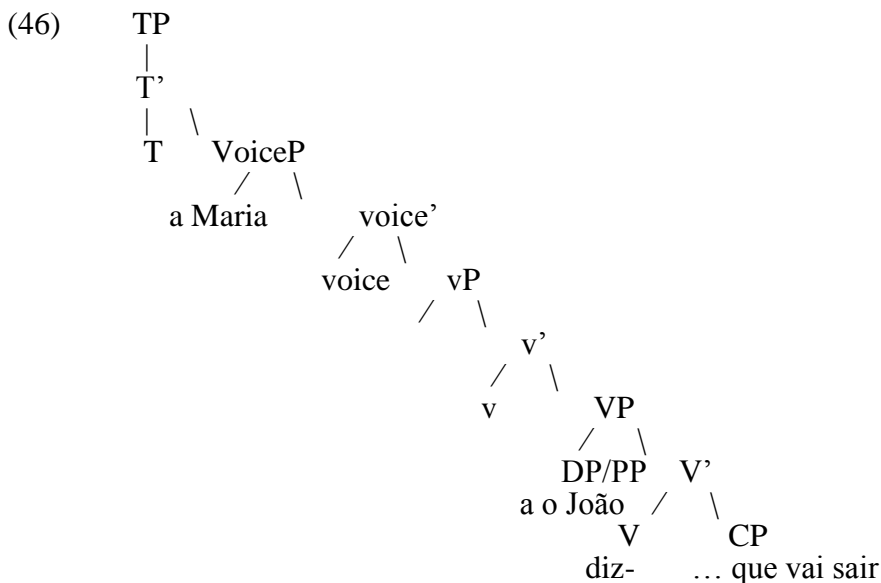
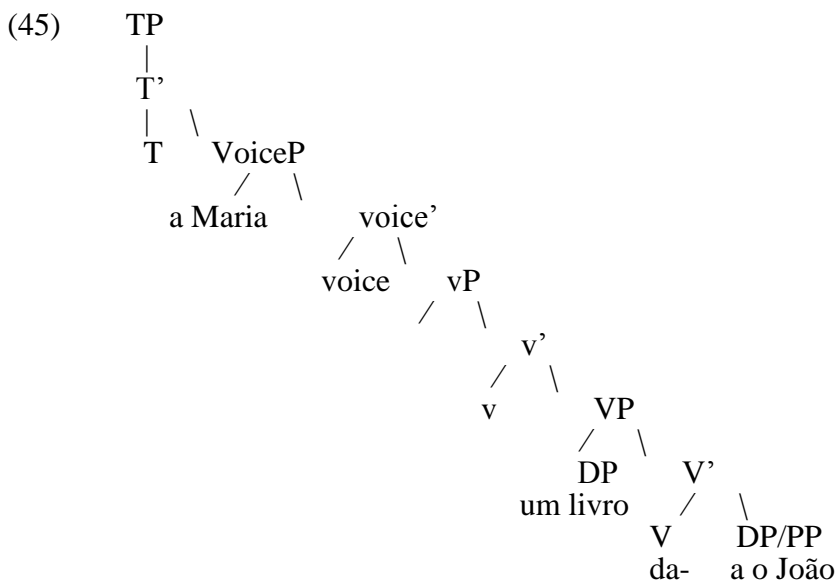
²⁸ De acordo com Harley (2002: 62), em Francês os exemplos com pronome ligado são gramaticais nas duas ordens: (i) Marie a donné son crayon à chaque garçon; (ii) Jean a présenté chaque institutrice à ses élèves.

²⁹ De novo, os exemplos em (43a) e (43c) não são agramaticais e a leitura de pronome ligado é possível. O Português Europeu é uma língua interessante relativamente a este fenómeno, uma vez que, para além de *seu*, *sua*, tem a possibilidade de usar *dele*, *dela* e ainda possessivos nulos para dar interpretações co-referenciais ou ligadas (Brito 2001). Um avaliador sublinha que estes casos não são realmente comparáveis com casos claros de *weak crossover*, onde, aí sim, a agramaticalidade é evidente: (i) * O seu_i pai falou com que aluno_i?

³⁰ Com base em fenómenos semelhantes, Bruening (2001) para o Inglês também propôs que devem estar disponíveis duas estruturas para os ditransitivos.

categorias funcionais (VoiceP, vP, VP).³¹ Para Marantz, Pylkännén, Torres Morais & Lima-Salles, o núcleo aplicativo é uma das categorias funcionais verbais propostas, de modo a explicar a incorporação de um argumento extra, o OI. Contudo, se se aceitar que pelo menos alguns dativos são argumentais, o nó aplicativo torna-se desnecessário. Numa visão dinâmica de léxico será possível conceber que mais do que uma estrutura sintática é consistente com o significado de certos verbos ditos ditransitivos (cf. a abordagem neo-construcionista de Ramchand 2008, entre outros).

Nesta perspetiva, verbos como *dar*, *apresentar*, *entregar*, *enviar* podem “descarregar” em primeiro lugar o tema ou podem “descarregar” em primeiro lugar o beneficiário; nessas condições, podemos ter não uma mas duas estruturas sintáticas em PE, que descrevemos em (45) e (46): (45) é adequada para uma frase como (1) *A Maria deu um livro ao João* e (46) para uma frase como (36a) *A Maria disse ao João que vai sair*:

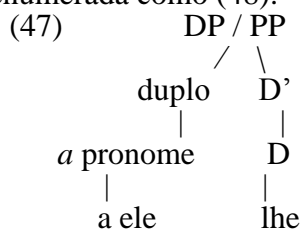


³¹ Cf. Kratzer (1994), Alexiadou *et al* (2011); o argumento externo é projetado não em VP, mas como especificador de VoiceP.

(45) e (46) representam estruturas sintáticas antes dos movimentos; o V move-se para T, o argumento externo *a Maria* move-se para especificador de TP. O dativo é considerado um caso inerente, uma vez que o caso é atribuído a um DP por um V através de *a* ou diretamente a *lhe*, *lhes*;³² este caso abstrato é um traço interpretável e nestas condições não ativa nenhuma operação de concordância (“agree³”); desse modo, a sequência *a DP* não precisa de se mover em qualquer das estruturas.

Quanto ao OD, ele tem de verificar o seu traço de caso acusativo e isso parece poder operar de duas maneiras: em (45) o OD move-se para especificador de vP, “reproduzindo” a ordem V OD OI. O que dizer acerca da ordem básica V OI OD? Vimos anteriormente que esta ordem foi proposta em duas circunstâncias: (i) o OD é uma oração, uma completiva ou uma relativa livre (CP), como em (36a), descrita em (46). Nestas condições, a oração não tem caso e não precisa de se mover. (ii) Quando o OD, por razões de ligação, ocupa uma posição baixa, como em (42b) *O tratamento psicoanalítico devolveu-lhe a ela a estima de si mesma* ou (43d) *A professora entregou a cada criança_i o (seu)_i desenho*, o acusativo tem de ser explicado. Um movimento para especificador de vP não pode ser invocado porque se obteria de novo a ordem V OD OI. Portanto, parece justificado propor que o acusativo pode também ser atribuído *in situ* por uma operação de concordância (“agree”) de longa distância, produzindo a ordem V OI OD.³³

Quanto ao redobro do clítico, que opera nas construções ditransitivas: não sendo o tema central deste texto, limitar-me-ei a aceitar a proposta de Cecchetto (2000) para o Italiano e de Raposo para o PE (1999), adoptada também por Brito (2010) e Torres Morais & Lima-Salles (2010), segundo a qual o sintagma *a DP* projetado como especificador ou complemento de uma projeção verbal tem a forma descrita em (47), com *a*+pronome na posição de especificador de DP / PP e o clítico como núcleo D; o clítico é obrigatoriamente movido para o seu hospedeiro V, gerando uma frase como (5), aqui renumerada como (48):



(48) A Maria deu-lhe um livro a ele.

6. O OI não intervém na extração do DP OD em PE

Uma confirmação da estrutura (45) para o Português é dada pela possibilidade de movimento do SN Tema em passiva e em elevação sem que o OI interfira em tal movimento, quer o OI seja um *a DP* quer seja um clítico.³⁴ Observe-se, em primeiro lugar, dados de passivas:

(49) O presente foi dado à Maria / um presente foi-lhe dado (pela mãe).

O mesmo acontece noutras línguas românicas; tal pode ser explicado pelo facto de o movimento do DP Tema não criar nenhum problema de minimalidade. Pelo contrário, em Inglês e noutras línguas que

³² Cuervo (2010) discute a noção de ditransitividade, propondo que não há verbos ditransitivos puros; além disso propõe que o dativo tem um estatuto de caso híbrido (inerente e estrutural), porque marca não só verdadeiros argumentos dativos como dativos não argumentais.

³³ A atribuição de caso a longa distância tem sido invocada, por exemplo, na atribuição de nominativo a sujeitos pós-verbais. É o caso de Raposo & Uriagereka (2001), que advogam que, em frases do tipo (i) *Ontem em Beirute ficaram os soldados sem armas*, com um SPrep predicativo e com um sujeito da “oração pequena” que não se move, o nominativo só pode ser atribuído a longa distância.

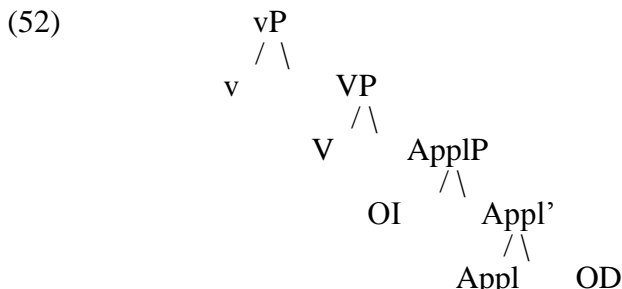
³⁴ Em Inglês o movimento de DP só é possível na construção preposicional: (i) *The book appeals to Mary* / * *Mary*. (ii) *The candidate appeared to Mary* / * *Mary*. (Cf. Anagnostopoulou 2003, p. 32).

têm a CDO, há um contraste de agramaticalidade se houver passivização do DP beneficiário / meta (50) e do DP tema (51):

(50) Mary was given a book.

(51) *A book was given Mary.

Observando este contraste, Anagnostopoulou (2003: 146-148) propôs que a agramaticalidade de (51) é devida à existência da projeção verbal ApplP, desenvolvendo a proposta de Marantz descrita em (25). Se o Inglês for uma língua de nó aplicativo baixo, como propõe Pykkänen, então a estrutura tem de ser ligeiramente modificada (52):



Repare-se que se o vP constituir uma fase, então o argumento mais perto capaz de se mover para uma fronteira de v em (52) é o OI, sendo o movimento do OD bloqueado pelo OI. Daí o contraste entre (50) e (51) (cf. McGinis 2001).³⁵ No que diz respeito a estruturas com verbos de elevação e verbos inacusativos em Português, o movimento do argumento interno é também possível, mesmo com a presença de um OI beneficiário não argumental ou incorporado (53) e (54):

(53)(a) O percalço ocorreu-me ao entrar na Faculdade.

(b) O percalço ocorreu à Maria ao entrar na Faculdade.

(54)(a) O homem pareceu-me vir cansado.

(b) O homem pareceu ao João vir cansado.

Este comportamento indica que é uma estrutura do tipo de (45), com um argumento tema mais elevado do que o argumento meta / beneficiário que está por detrás dos exemplos (53) e (54), não devendo ser uma estrutura como (52).

7. Sumário e conclusões

Apesar de o OI / dativo não ser uma noção unificada, porque ocorre quer como argumento verdadeiro quer como argumento aplicado / incorporado, neste artigo só analisei dativos com verbos ditos ditransitivos como *dar* e *enviar*.

Depois de mostrar os principais comportamentos das construções ditransitivas em Português Europeu – o PE tem pronomes dativos clíticos e tem uma preposição especial *a*, sendo a ordem não marcada V OD OI – revimos e discutimos algumas das estruturas que têm sido propostas para as construções ditransitivas, mostrando desde logo que línguas como o Inglês têm duas estruturas, uma preposicional, com a ordem V OD OI e a CDO, com a ordem V OI OD. Discutimos a proposta de Torres Morais & Lima-Salles (2010), segundo a qual o PE tem alternância dativa no sentido de que numa estrutura o *a* é um marcador de caso dativo numa posição de especificador de um núcleo aplicativo baixo e noutra em que o OI é introduzido por uma verdadeira preposição similar a *para* e é gerado numa posição baixa.

Propus que nas duas estruturas o *a* é o mesmo tipo de palavra, um marcador de dativo, uma preposição deficitária, que não pode ser confundida com a preposição *para*; em PE há também uma preposição de movimento / direção *a*, semelhante a *para*, sendo

³⁵ Sobre a possibilidade de movimento do OI preposicional na chamada “dative inversion” em Inglês (i) To Mary was sent a letter, ver Anagnostopoulou (2003, pp. 122, 154).

ambas distintas do *a* de dativo. Além disso, em PE as frases com *lhe* e com *a DP* são sinónimas. Por essa razão, nem diferenças semânticas nem o estatuto diferenciado de *a* justificam a proposta de o Português Europeu ter alternância dativa. O nó aplicativo parece igualmente desnecessário para o PE.

Outros fenómenos, no entanto, justificam duas estruturas basicamente geradas para as construções ditransitivas em PE; são eles, certos casos de ordem de palavras que não são facilmente analisáveis por *scrambling*, a anteposição e a elipse, ligação e escopo, como mostrado por Costa (2009) para o PE; nesta perspetiva, o PE tem alternância dativa, mas não como em Inglês. Assim, propus duas estruturas para as construções ditransitivas: uma em que o OD é projetado como complemento de V e em que o OI é especificador de VP; noutra em que o complemento do V é o DP/ PP com *a* e em que o OD ocupa a posição de especificador de VP. Tal é possível numa visão dinâmica de Léxico, em que um mesmo verbo, como *dar*, é capaz de descarregar primeiro o tema ou pode descarregar primeiro o beneficiário / meta.

Em PE não há nenhuma violação de minimalidade quando se extrai o argumento interno na passiva, na elevação ou com verbos inacusativos, o que mostra que o argumento interno é movido de uma posição mais alta do que o OI; mas também nesse tipo de construções não parece justificar-se o nó aplicativo.

Referências

- Adger, D. (2003) *Core Syntax. A Minimalist Approach*. Oxford: Oxford University Press.
- Alexiadou, A., Iordăchioaia, G. & Schäfer, F. (2011) *Scaling the Variation in Romance and Germanic Nominalizations*. In Sleeman, Petra & Harry Perridon (orgs.). *The Noun Phrase in Romance and Germanic: structure, variation and change*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 25-40.
- Anagnostopoulou, A. (2003) *The syntax of Ditransitives. Evidence from Clitics*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter.
- Baker, M. (1988) *Incorporation. A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Barss, A. & Lasnik, H. (1986) A note in anaphora and double objects, *Linguistic Inquiry*, 17, pp. 347-354.
- Belletti, A. (2002) Aspects of the low IP area, Università di Siena.
- Brito, A. M. (2001) Presença / ausência de artigo antes de possessivo no Português do Brasil. In *Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL/ Colibri, pp. 551-575.
- Brito, A. M. (2008) Grammar variation in the expression of verb arguments: the case of the Portuguese Indirect Object, *Phrasys*. vol. 2008 (2), pp. 31-58.
- Brito, A. M. (2009) Construções de objecto indirecto preposicionais e não preposicionais: uma abordagem generativo-constructivista. In Fiéis, A. & Coutinho, A. (orgs.) *Textos Seleccionados do XXIV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri, pp. 141-159.
- Brito, A. M. (2010) Do European Portuguese and Spanish have the Double Object Construction? In *ENCUENTROGG. V Encuentro de Gramática Generativa*, 29-31 de Julio de 2009, org. da COMISIÓN ORGANIZADORA DEL VEGG, Facultad de Lenguas - Universidad Nacional del Comahue, General Roca, Río Negro, Argentina, CDRom, pp. 81-114.
- Bruening, B. (2001) QR obeys superiority: frozen scope and ACD, *Linguistic Inquiry*, volume 32, number 2, pp. 233-273.
- Cecchetto, C. (2000) Doubling Structures and Reconstruction, *Probus*, 12, pp. 93-126.

- Costa, J. (2009) A focus-binding conspiracy. Left-to-right merge, scrambling and binary structure in European Portuguese. In Craenenbroeck, Jeroen van (org.) *Alternatives to Cartography*. Walter de Gruyter, pp. 87-108.
- Cuervo, M. C. (2003) *Datives at Large*, Ph.D. Dissertation, MIT.
- Cuervo, M. C. (2010) Against ditransitivity, *Probus* 22 (2010), pp. 151–180
- Cunha, C. & Cintra, L. F. (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa.
- Demonte, V. (1995) Dative alternation in Spanish, *Probus* 7, pp. 5-30.
- Diaconescu, R. C. & Rivero, M. L. (2005) An applicative analysis of double constructions in Romanian in *Actes du Congrès annuel de l'Association Canadienne de Linguistique*, pp. 1-11.
- Duarte, I. (1987) *A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condições sobre movimento*, Ph.D. Diss., Universidade de Lisboa.
- Duarte, I. (2003) Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras”. In Mateus, M. H. et al. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho, 5^a ed., pp. 275-321.
- Fiéis, A. & Pratas, F. (2006) *Construções de duplo objecto não derivam de ditransitivas com preposição: evidência do Caboverdiano*. In: Oliveira, F. / Barbosa, J. (orgs.) *XXI Encontro da APL. Textos Seleccionados*. Lisboa: Colibri, pp. 387-396.
- Frota, M. & Vigário, M. (2001) Efeitos de peso no Português Europeu in *Saberes no Tempo. Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*, Lisboa: Colibri, pp. 315-333.
- Giorgi, A. & G. Longobardi (1991) *The Syntax of Noun Phrases*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Gonçalves, P. (1990) *A Construção de uma Gramática do Português em Moçambique: Aspectos da Estrutura Argumental dos Verbos*, Ph.D. Diss., Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, P. (2002) The role of ambiguity in second language change: the case of Mozambique African Portuguese. *Second Language Research*, 18: 4, pp. 325-347.
- Gonçalves, P. (2004) Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: Arguments from the genesis of Mozambique African Portuguese. *Journal of Pidgins and Creole Languages*, 19: 2, pp. 225-259.
- Harley, H. (2002) Possession and the double object construction. *Yearbook of Linguistic Variation*. 2, pp. 29-68.
- Jackendoff, R. (1990) On Larson's treatment of the double object construction. *Linguistic Inquiry*, 21, pp. 427-456.
- Kayne, R. (1984) *Connectedness and Binary Branching*, Dordrecht, Foris.
- Kratzer, A. (1996) Severing the external argument from the verb”. In Rooryck, J. & Zaring, L. (orgs.) *Phrase Structure and the Lexicon*, Dordrecht: Kluwer, pp. 109-37.
- Larson, R. (1988). On the double object construction. *Linguistic Inquiry*. 19, pp. 335-392.
- Machado, J. P. (1996) *O grande livro dos provérbios*, Lisboa: Notícias Editorial.
- Marantz, A. (1993) Implications of Asymmetries in Double Object Constructions. In Mchombo, S. A. (org.) *Theoretical aspects of Bantu Grammar*, vol. 1, Stanford: CSLI Publications, pp. 113-150.
- Masullo, P. J. (1992) *Incorporation and Case Theory in Spanish: a cross-linguistic perspective*, Ph.D. Diss. University of Washington.
- Matos, M. G. (2003) Tipologia dos pronomes clíticos. In Mateus, M. H. et al. (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 5^a ed., pp. 826-847.
- McGinnis, M. (2001) Variation in the phase structure of applicatives. *Linguistic Variation Yearbook* 1, pp. 105–146.

- Miguel, M., Gonçalves, A. & Duarte, I. (2011) Dativos não argumentais em português *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 2011, pp. 388-400
- Oehrle, R. (1976) *The grammatical status of the English Dative Alternation*, Ph.D. Diss., MIT.
- Ormazabal, J. & Romero, J. (2010) The derivation of Dative Alternation. In Duguine, M., S. Huidobro & N. Madariaga (orgs.) *Argument Structure and Syntactic Relations*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 203-232.
- Parente, S. (2005) *O livro dos provérbios*. Âncora Editora, Lisboa.
- Pesetsky, D. (1995) *Zero Syntax: Experiencers and Cascades*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- Phillips, C. (2003) Linear order and constituency, *Linguistic Inquiry*, 34, 1, pp. 37-90.
- Primus, B. (1998) The relative order of recipient and patient in the languages of Europe. In Sierwierska, Anna (org.) *Constituent Order in the Languages of Europe*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter, pp. 440-1.
- Pujalte, M. (2009) *Condiciones sobre la Introducción de argumentos. El caso de la alternancia dativa en Español*. MA. Diss., Universidad Nacional del Comahue. Escola Superior de Idiomas.
- Pylkkänen, L. (2002) *Introducing Arguments*, Ph. D. Dissertation, MIT.
- Ramchand, G. (2008) *Verb Meaning and the Lexicon: a first phase syntax*, Cambridge University Press.
- Raposo, E.P. & Uriagereka, J. (2001) Long-distance case assignment. *Linguistic Inquiry*, 21, 4, pp. 505-537.
- Rappaport Hovav, M. & Levin, B. (2008) The English dative alternation: the case for verb sensitivity. *Journal of Linguistics* 44, pp. 129-167.
- Silva, A. S. (1999) A estrutura semântica do objecto indirecto em português. In Castro, R.V. & Barbosa, P. (2000) *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, APL, Braga, vol. I, pp. 433- 451.
- Torres Morais, M. A. (2006) Um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. *ABRALIN* 5, pp. 239-266, available at http://www.abralin.org/revista/RV5N1_2/RV5N1_2art11.pdf
- Torres Morais, M. A. & Lima-Salles, H. M. (2010) Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus*. n. 22, pp.181-209.
- Vergnaud, J. R. (1974) *French Relative Clauses*, Ph.D Diss., MIT.
- Vilela, M. (1992) *Gramática de Valências. Teoria e aplicação*, Coimbra: Almedina.
- Xavier, M. F. (1989) *Argumentos Preposicionados em Construções Verbais. Um estudo contrastivo das preposições a, de e to, from*, Ph.D. Diss., Universidade Nova de Lisboa.